



ARTIGOS - ARTICLES

**A Desconstrução entre os historiadores:
temos algo a aprender com Derrida?****Rodrigo Otávio da Silva¹**Doutorando no Departamento de Medicina Preventiva
Universidade de São Paulo
rodrigootvio@gmail.com

Como citar este artigo: SILVA, R. O. “A Desconstrução entre os historiadores: temos algo a aprender com Derrida?”, nº8, pp. 163-193. 2019. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Este texto busca articular as possibilidades de encontro entre a Desconstrução derridiana e a História praticada pelos historiadores, mostrando como o pensamento desconstrucionista pode fertilizar as reflexões historiográficas, particularmente as discussões sobre linguagem, temporalidade e acontecimento. Acreditamos que essa aproximação, com tradução para o campo da História e suas especificidades, possa disseminar novas angulações e ferramentas teórico-metodológicas importantes para lidar com a complexa realidade histórica das sociedades humanas na atualidade.

Palavras-chave: História, Desconstrução, Derrida.

Deconstruction among historians: do we have anything to learn with Derrida?

Abstract: This text seeks to articulate the possibilities of encounter between the Derrida deconstruction's and History practiced by the historians, showing how the deconstructionist thought can fertilize the historiographical reflections, particularly the discussions about language, temporality and event. We believe that this approach, with a translation into the field of history, and its specificities, can disseminate new angulations and important theoretical and methodological tools to deal with the complex historical reality of human societies nowadays.

Keywords: History, Deconstruction, Derrida.

¹ Graduado e Mestre em História pela UFRN. Doutorando no Departamento de Medicina Preventiva (desde 2017) da Universidade de São Paulo, na linha de pesquisa Ciências Humanas e Sociais em Saúde, e sob a orientação do professor Dr. André Mota. Membro do Grupo Salus de estudo, coordenado pelo professor André Mota.

Prolegômenos

De modo geral, o pensamento de Derrida encontrou melhor abrigo nos departamentos de Letras e Filosofia, muito especialmente nos Estados Unidos, onde se formou, inclusive, a autodenominada “Escola de Yale”, inspirada nos princípios desconstrucionistas e cujo representante maior foi Jonathan Culler. No Brasil, seus textos aportam na década de 1970, como exemplifica o livro *Glossário de Derrida*, elaborado por alunos da PUC-RJ e supervisionado pelo professor Silviano Santiago, e certa aplicação conferida por Haroldo de Campos na obra *O sequestro do Barroco na literatura brasileira: o caso de gregório de Matos*, em que revisa alguns aspectos da teoria formulada por Antônio Cândido na *Formação da literatura brasileira* (Teixeira, 1998, p. 36). O interesse, portanto, era no “primeiro Derrida” como filósofo da linguagem, em livros como *Gramatologia*, *Escritura e diferença* e *a Farmácia de Platão*. Nos departamentos de Filosofia, isto só veio a ocorrer nos últimos 10 anos, na PUC-Rio, com grande interesse no “segundo Derrida” e sua temáticas ético-políticas.

Entre os historiadores, Derrida atraiu pouco ou quase nenhum interesse. Algumas vezes até provocou críticas ácidas, como as desfechadas por Ciro Flamarion Cardoso, que via em filósofos como Derrida um “panlinguisticismo semiótico” incompatível com o trabalho do historiador, que estuda o discurso escrito voltado para os acontecimentos passados e que não se encontram cerrados em uma análise estruturalista dos signos: o problema da relação discurso/referente. Sem entrar por ora no mérito da crítica, nem querer apresentar qualquer descrição exaustiva do estado da questão, importa-nos frisar nestas posturas uma dificuldade de diálogo para não dizer, como Sartre, má-fé. Os historiadores, dada a influência dos annalistas com relação ao trabalho de teoria, têm expulsado, na sua tão decantada interdisciplinaridade, as conversas com a Filosofia, sempre (mal)entendida como Filosofia da História.

O artigo que ora abrimos segue em contracorrente e discute - embrionariamente, é claro - os pontos de contato possíveis com o pensamento derridiano, buscando diálogo que redunde em colheita proveitosa para o exercício do ofício do historiador (e por que não, do filósofo).

Embora o contato ou a preocupação com a linguagem já possa ser detectada no final do século XIX, com a crítica interna dos testemunhos (Prost, 2014, p.53-73; Barros, 2011, p.76-103), os encontros significativos ocorreram nas décadas de 1950 e 60. Em 1952, Z. Harris propôs uma análise distribucional da frequência relativa do uso de determinadas palavras no texto como método de exame do conteúdo textual, a chamada Leximetria. Na década seguinte, Solla Price já articulava uma unidade lexical com outros lexemas do entorno e estudava, a partir dessa distribuição, os enunciados correlacionados a hipóteses extralinguísticas (em termos de ideologia).

De posições mais metodológicas, ferramentas, as relações ganharam contornos mais teóricos quando o estruturalismo alçou a linguística em modelo geral para as demais ciências humanas e sociais. A linguística do discurso- conceito-chave- englobou e ultrapassou a fonologia (no que se refere ao tamanho das unidades de análise) ao demonstrar a existência de estruturas que organizam os grupos de frases em um discurso completo, influência dos formalistas russos e de Vladimir Propp. A partir de então, a análise do discurso, entendida como o conjunto de regras de formação dos enunciados e suas condições linguísticas e sociais de produção, bifurcou-se como possibilidades de abordagem na análise semântica do discurso, voltada para o conteúdo das significações, e a semiótica discursiva, interessada na expressão das significações e sua produção no sentido de esclarecer como algo chega a significar alguma coisa (Cardoso, 2012, p. 225-227).

Na análise semântica, predominou uma estatística aplicada a um corpus textual, com o estabelecimento de relações numéricas e probabilísticas entre as unidades menores do texto, Leximetria logo englobada no método dos campos semânticos, que, normalmente, se utilizava de programas de computador para processar as informações. Na década de 1970, os métodos estatísticos passaram a ser aplicados às linguagens não-verbais, como a iconografia. A semiótica, entre os historiadores, foi apropriada no cruzamento com as denominadas “programações sociais do comportamento”, que buscavam explicar o comportamento social humano a partir de codificações difundidas no interior das próprias configurações societárias. Seja como teoria social do signo, seja como semiose, as teorias semióticas, agora encaradas mais

amplamente como dos sistemas de significação, passaram a servir de parâmetro para as demais ciências do homem, como a Antropologia (Lévi-Strauss e a Antropologia Estrutural) e a Literatura (Roland Barthes).

Entre os praticantes da arte de Clio, as influências da “linguistic turn” ou “semiotic challenge” se deram no seio dos Annales, no final da década de 1980, com a passagem de uma História das Mentalidades para uma História Cultural, autodenominada Nova História Cultural (distinguindo-se da antiga e elitista “História da Cultura”) (Ibidem, p. 232). Embora a década anterior tivesse enfrentado a questão do “retorno da narrativa” e a discussão sobre a imaginação histórica (especialmente Georges Duby), foi no decênio seguinte que, sob o influxo do pragmatismo ou filosofia analítica à maneira de Rorty (sem olvidar as filosofias da linguagem de Wittgenstein e Austin/Searle), introduziu-se no campo da História teorias e métodos derivados de uma linguística estrutural, auxiliando no tratamento e abordagem de novos objetos, como a sexualidade, a vida privada, o cotidiano, o gênero dentre outros (Vaifas, 2011, p. 133-136). Do conceito de mentalidades da terceira geração dos Annales pós-1969 saltou-se para o de “cultura”, mormente em sentido semio-linguístico, dos “Quartos Annales” pós-1989 (Barros, 2012, p. 207-361).

Fissuras no escudo historiográfico

A proliferação de (in)definições do campo disciplinar da História (domínios, dimensões e abordagens), que pululam nos manuais, testemunha uma certa dispersão conceitual e marca o caráter cambiante da disciplina: descrição do passado “tal como aconteceu”; estudo dos homens no tempo; estrutura verbal de um discurso narrativo em prosa; discurso de veridicção com pretensões de verdade e... *tant d'autres à venir.* ‘«no puede existir ningún concepto singular, esencializado, trascendente acerca de la ‘historicidad genuína’» (Hutcheon, 2014, p.172), pontificou Linda Hutcheon, pondo de lado qualquer pretensão monista, historicista e não problemática do conceito de história. Isto ocorre não por deficiência de origem, como algo que pode ser corrigido num amanhã messiânico, mas por uma impossibilidade constituinte da linguagem e que possibilita, por outro lado, o bem vindo pluralismo histórico.

Problema des-velado pelo Historicismo com sua radicalização da temporalidade. Foi isso que o chamado «giro linguístico» provocou nos escudos historiográficos: uma fissura, o que não significa que um dia tal historiografia tivesse sido inteira a si mesma, mas simplesmente que os historiadores pós-anos 1960 e, mais intensamente, pós-1989, se deram conta da importância determinante da linguagem em seus trabalhos:

O questionamento das velhas certezas adotou a forma do ‘giro linguístico’, que se baseia em duas ideias fundamentais: a de que a língua é um sistema de signos cujas relações produzem, por si mesmas, significados múltiplos e instáveis, fora de toda a intenção e qualquer controle subjetivo; e a de que a ‘realidade’ não é uma referência objetiva externa ao discurso, mas é sempre construída na e pela linguagem. Essa perspectiva afirma que os ‘interesses sociais’ nunca são uma realidade ‘pré-existente’, mas sim sempre resultado de uma construção simbólica e linguística, e considera que toda prática, seja qual for, se situa necessariamente na ordem do discurso (Chartier, 2015, p. 47-48).

Esse primado da linguagem relaciona-se com as investidas do pós-estruturalismo contra o empirismo e a teoria da correspondência do significado, que sustentavam, de modo geral, um realismo epistemológico segundo o qual há uma realidade estável “lá fora” e ela pode ser acessada com precisão. Esse empirismo a ser batido, longa tradição que remonta ao séc. XVII, era doutrina epistemológica que postulava serem as crenças e ideias adquiridas e que o conhecimento da existência real se baseia na experiência no sentido fisicalista-sensualista. Nesse realismo físico adotado, os objetos físicos existiriam independentemente do pensamento, que os apreenderia mediante método indutivo (Meyers, 2017, p. 233).

O estruturalismo ortodoxo provocou o primeiro abalo no empiricismo ao sustentar que percebemos e interpretamos o mundo real através de um dispositivo mental, inato, pré-existente ou *a priori*. Tal “estrutura” situava-se no nível consciente profundo e se expressava na gramática, no parentesco, nos mitos, nos padrões alimentares de consumo. Assim, qualquer acervo de informação deveria passar por essas estruturas pré-existentes e genéricas localizadas na mente dos indivíduos. Um sistema interno de compreensão impor-se-ia determinantemente ao mundo, desautorizando qualquer modalidade empiricista de reivindicar a validade de uma episteme “fundada” na *empíria* como fenômeno externo.

Tal ruptura tem seu marco decisivo na proposição da linguística saussuriana. Em seu *Curso de Linguística Geral*², o linguista genebrino Fernand Saussure apresentou suas ideias sobre as relações entre as palavras e seu significado social. Para ele, a linguagem era um complexo com muitas variáveis que escapavam a um tratamento científico. Procurou desvencilhar-se das dificuldades de se estudar a linguagem que até então afligiam os linguistas, e dotar esse campo de um caráter científico:

[...] somente a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito. [...] Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotada pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade (Saussure, 2012, p. 41).
(grifos nossos)

Na busca por uma de unidade de análise mais sistemática, então, separou a língua (*langue*), estrutura inconsciente, conjunto de regras socialmente formado que permite toda e qualquer emissão significativa, da fala (*parole*), “ato individual de vontade e inteligência”, uso efetivo da língua como sistema de articulação da palavra com a coisa (Araújo, 2004, p. 28-30). A língua, apartada do meio social, passou a ser vista como um sistema autossuficiente e fechado, cujo processo de significação diz respeito apenas à rede interna de diferenças. *Não haveria, portanto, nenhuma relação natural entre palavra e mundo*. Colocando a língua do lado da abstração, Saussure afastava-a do empirismo e dos problemas psicologizantes (Dosse, 2007, p. 82).

As palavras seriam signos construídos a partir dois elementos: o significante (a palavra) e o significado (conceito que a palavra representa). O essencial nesse esquema seriam as conexões arbitrárias entre os significantes num sistema de remessa que apontaria para o próprio sistema da língua e não para *fora dele* (entenda-se “mundo social”). O significante e significado viram-se

² Saussure lecionou em Genebra três cursos de Linguística Geral: 1906-7, 1908-1909 e 1910-11. O livro é produto das anotações de ex-estudantes ao longo de dessas séries de conferência, reunidos pela primeira vez em 1915 e publicado no ano seguinte, em 1916.

apartados do referente. O privilégio da dimensão sincrônica em detrimento da dimensão histórica ou diacrônica da língua será explorada pelos estruturalismos como um golpe nas pretensões empiristas ao inverter a relação entre a linguagem e o mundo, dando primazia às estruturas linguísticas na compreensão da realidade social.

A arbitrariedade do signo, apartado do “social”, implica na compreensão da língua como uma expressão complexa e determinante de nossa experiência do mundo. A linguagem está sempre carregada de significado social. Ou melhor: a linguagem cria as próprias estruturas sociais em que vivemos, não podendo mais ser encarada como instrumento puro de transmissão de informações e conteúdos. As implicações dessa guinada no estatuto da linguagem são bastante complexas para os historiadores à medida que especialistas de outras disciplinas das Ciências Humanas e Sociais passaram a desfechar severas críticas ao status da História como epistemologia.

Esse posicionamento que interrogava a História, do ponto de vista da linguística saussuriana, voltada para a dimensão discursivo-literária do “ofício” historiador, sua escritura mesma, também estava ligado a outras frentes disciplinares, particularmente, a da Antropologia Cultural ou Simbólica e do Novo Historicismo, como bem comentou Lawrence Stone (1997, p. 42-43):

O segundo desenvolvimento, a princípio enormemente libertador e finalmente bastante ameaçador, provém da influência da antropologia cultural e simbólica, desenvolvida por um grupo brilhante de estudiosos liderados por Clifford Geertz, Victor Turner, Mary Douglas e outros. Seu trabalho influenciou muitos dos melhores historiadores da última década, especialmente na América e na França. Mas o historiador cultural e o antropólogo simbólico dividem a empresa, onde o último diz que "o real é tão imaginário quanto o imaginário". Isso presumivelmente significa que ambos são meramente um conjunto de códigos semióticos que governam todas as representações da vida; que o material é dissolvido em significado; e que o texto é deixado sem conexão com o contexto. [...] A ameaça vem do Novo Historicismo. À primeira vista um retorno bem-vindo ao estudo do texto em seu contexto geográfico, temporal, social, econômico e intelectual, revelou-se uma variante da visão simbólica e semiótica das produções culturais, em que a linguagem é o meio em que o real é construído e apreendido”. Como resultado, o Novo Historicismo trata de questões políticas, práticas institucionais e sociais como "roteiros culturais" ou conjuntos discursivos de sistemas ou códigos simbólicos. (tradução nossa)

Malgradas as polêmicas suscitadas com os historiadores, mais acerbas quando se referiam a Michel Foucault, o clima estruturalista era cientificista, buscando-se regularidades nos fenômenos, leis de explicação tão seguras quanto aquelas das ciências naturais. A “estrutura” era a chave de acesso ao mundo da rainha-ciência. Lévi-Strauss, especialmente *Les structures élémentaire de la parenté* (1948) e *La pensée sauvage* (1962), defendeu, sob uma inspiração da linguística saussuriana, invariantes para explicar os comportamentos universais que atravessavam a diversidade das sociedades humanas (Dosse, *Op. Cit.*, p. 52-58).

Nessa mesma vaga tormentosa do estruturalismo, emergiram também críticas ao grau de abertura à mudança quando as estruturas mudam. Um « pensamento da diferença » se fazia mais forte e os « filósofos da tormenta »³, para usar expressão de Elizabeth Roudinesco, desfecharam severas e radicais críticas ao conhecimento estruturalista que valorizaria por demais os padrões repetitivos do comportamento social e negligenciava a exceção. O padrão normal implicava um desvio na definição de exceção, que era marginalizada, secundarizada. O Bem e a Verdade estariam na « norma », implicando severos problemas éticos e políticos.

O pós-estruturalismo⁴ aparece na cena histórica como a crítica a esses centros, normas, padrões gerados no seio do estruturalismo. O movimento, agora, é o de investir nos « limites » do conhecimento, apostando no limite mesmo como algo aberto e inapreensível, como cerne, diferença pura, positivo por si mesmo (sem oposição a centro). Não é o limite em termos matemáticos ou mensuráveis, mas a referência a estabilidades relativas a um dado ambiente, no qual nem centro (interior) nem fronteiras são confiáveis. Consigna-se, nesse movimento, certo « programa », voltado para o trabalho contra as verdades e oposições estabelecidas, a desconstrução das estruturas atuais para mostrar suas exclusões e uma afirmação do poder do limite como fonte de produção interminável de transformações e diferenças (Williams, 2013, p.13-17).

³ Cf.: ROUDINESCO, Elizabeth. *Filósofos na tormenta*: Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

⁴ O prefixo “pós” aqui não denota um depois definitivo no sentido de ultrapassagem, conhecimento ascensional, dialética, o que seria ceder a um certo hegelianismo. Não é o que vem depois do estruturalismo, quando os obstáculos foram superados. “Pós” significa, nesse caso, algo “com” e “diferente”, um estruturalismo mais aberto e transformado.

O movimento histórico⁵ nasce como reação a uma série de ideias filosóficas dominantes e como um modo revolucionário de pensar,

[...] uma total ruptura de nosso senso seguro de significado e referência na linguagem, de nosso entendimento, de nossos sentidos e das artes, de nosso entendimento da identidade, de nosso senso da história e do papel dela no presente e de nosso entendimento da linguagem como algo livre do trabalho do inconsciente (Ibidem, p.16).

A questão da história ou a história como questão, a história como devir e sua deveniência enquanto disciplina, vazada nessa grelha interpretativa, tem sido posta à prova, repensada não mais como certeza ou segurança, raiz ou solo, tornando-se permanentemente um problema para o pensamento:

Agora a História é mais uma vez um tema bem problemático. Pareceria estar inevitavelmente ligada a esse conjunto de supostos culturais e sociais aos quais se desafia e que condicionam nossas noções acerca da teoria e da arte: nossas crenças nas origens e nos fins, na unidade e na totalização, a lógica e a razão, a consciência e a natureza humana, o progresso e o destino, a representação e a verdade, para não mencionar as noções de causalidade e homogeneidade, temporalidade, linealidade e continuidade (Hutcheon, 2014, p.169).

A indeterminação linguística, o fracasso da teoria da referencialidade e da correspondência da verdade, a assunção da imposição teórica por parte do pesquisador e discussão da natureza da realidade redirecionam, por seu turno, a historiografia para um ambiente mais instável de inspiração pós-estruturalista. Nesse novo cenário, muitas vezes denominado de pós-moderno, as principais questões passam pelo novo entendimento do papel da linguagem no conhecimento e sua necessária crítica ao empirismo. Como viemos mostrando, o complexo de posições desconstrucionistas passa necessariamente pela noção de que o acesso ao conhecimento deve inelutavelmente ser mediado pelo mundo simbólico, pela linguagem, sendo o discurso historiográfico, por conseguinte, mais próximo da literatura do que da

⁵ É importante ressaltar que se trata efetivamente de um “movimento de pensamento”, heterogêneo, com diferentes formas de prática crítica, correntes de pensamento e profundamente interdisciplinar. É legatária de distintas forças intelectuais como a fenomenologia da existência de Hegel, a fenomenologia do Ser de Heidegger, o existencialismo de Sartre, as leituras estruturalistas de Freud feitas por Lacan, as críticas de Georges Bataille e Maurice Blanchot, a epistemologia de Gaston Bachelard e os estudos de ciência de Canguilhem, as leituras de Nietzsche feitas por Heidegger, Deleuze, Foucault, Derrida, Klossowski, Koffman, bem como as contribuições do estruturalismo linguístico de Saussure e Roman Jakobson, Claude Lévi-Strauss, Roland Barthes, Althusser e Michel Foucault. Cf.: PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ciência: na escrita historiadora, a forma contaria tanto (ou mais) quanto o conteúdo. Isto significa, dentre outras coisas, que

[...] as experiências humanas estão inseparavelmente ligadas com as descrições que fazemos sobre elas. O que devemos fixar [...] é a consideração que, em última instância, a linguagem não é simplesmente um instrumento para nomear algo que ‘está lá’, ela não é neutra e ela é capaz de moldar nossas próprias percepções sobre o mundo. Assim, se no passado as pessoas estavam habituadas a dizer: ‘se não tivesse visto, jamais acreditaria’, agora, seria o caso seria o caso de dizer: ‘se não acreditasse, jamais teria visto’. Ou seja, os próprios sentidos, no caso, a visão, é de alguma maneira determinada pelo nosso conjunto de crenças e sobretudo pelo universo de linguagem que dispomos. A utilização dos sentidos não possui a neutralidade que muitos acreditaram que existisse. As experiências dos sentidos passariam pela moldagem da nossa fala (Silva, 2001, p. 295).

Epistemologicamente, o desconforto desse primado linguístico deve-se ao fato de que a narrativa historiadora passaria a comportar em si, em seus próprios mecanismos, a explicação histórica dos eventos, e não se comportaria como um simples veículo de conteúdos do passado. A História-disciplina teria de reconhecer nos seus produtos o impositivismo de certo enquadramento na linguagem e sua forma representativa, borrar a antiga distinção empirista-indutivista entre a *res gestae* e a história *rerum gestarum* (História-Geschichte) (Hartog, 2017,p.178), interrogando a visão reconstrucionista/construcionista da história como uma ciência que estuda o mundo real ‘lá fora’, factual e não-especulativa, empírica e não-apriorística, verificável, anti-hipotética, ideologicamente neutra, não-impositivista e objetiva (Munslow, 2009, p. 83).

A operação literária da narrativa como representação histórica englobaria um duplo mecanismo: codificação dos eventos e a posterior imposição de estruturas de enredo pré-genéricas, que White qualificou em quatro tipos: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Dito de outro modo: o acesso ao “passado” teria de ser enquadrado em modelos explicativos pré-configurados para que viessem a constituir uma narrativa. Limitação ao empirismo com que compartilhou Michel Foucault, ao descrever as “epistemes”⁶ como estruturas de condição de possibilidade que uma época

⁶ Foucault usa o termo para descrever como a cultura organiza o conhecimento em dada época histórica. A epistemê reúne discursos isolados em uma estrutura de pensamento fundada em

dispõe para pensar e dizer seus enunciados, desafiando a crença dos historiadores de poderem falar de um lugar “fora da história”, não-ideológico. A história escrita, então, seria mais um ato de imposição narrativa do historiador em relação ao passado recortado por ele, “[...] uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso [...]” (Foucault, 2011, p. 56).

Nessa guinada estético-desconstrutiva, as “fontes” do historiador perdem paulatinamente sua ingenuidade, a ideia de pureza original:

[...] os historiadores têm se referido aos seus documentos como ‘fontes’, como se eles estivessem enchendo baldes no riacho da Verdade, suas histórias tornando-se cada vez mais puras, à medida que se aproximam das origens. A metáfora é vívida, mas também ilusória, visto que subentende a possibilidade de um relato do passado que não contaminado por intermediários (Burke, 2017, p. 23).

O que se costumava, por hábito cientificista, denominar “fato” deve ser pensado agora como um processo de configuração ou enquadramento imposto aos documentos, uma seleção do historiador diante de uma série de enunciados possíveis transformados, a posteriori, em “evidências” que, por sua vez, são coligadas ou configuradas junto a outras delas, compondo um *textum*, tecido no enredo/trama/intriga da narrativa historiadora. Inferências e categorias de análise moldam as informações documentais previamente escolhidas. Essa subjetividade no tratamento da “evidência” está no cerne das interpretações pós-estruturalistas e desconstrucionistas e são alvo das reflexões de historiadores até antes mesmo de uma virada estética, quando se nota- isto não é muito difícil- que a totalização do passado é impossível quando consideramos, por exemplo, questões de arquivologia que apelam para o princípio da seletividade, seja ela ideológica ou não:

determinadas pressuposições comuns sobre a aquisição e produção de saberes. Esses pressupostos encontram-se fixados por processo de tropificação presente no nível profundo da consciência humana, e que são manipulados pelos historiadores, por exemplo, para o enquadramento de suas narrativas. Foucault fala em três epistemes entre o século XVI e o XX: a “episteme renascentista” (sécs. XV-XVI), a “episteme clássica” (Sécs. XVII-XVIII) e a “episteme moderna” (Sécs. XIX-XX). O conhecimento é organizado de forma diferente em cada uma dessas epistemes. Tais pressuposições ou organizações epistêmicas dão forma às representações narrativas e condicionam nosso acesso à “realidade”, mediante as codificações metafóricas de similitude e diferença. Cf.: FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007; FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

[...] os arquivos são em conjunto, um acervo organizado de documentos produzidos por uma instituição que, depois de proceder à sua escolha, vai juntá-los e conservá-los. Inseparáveis de uma instituição (servindo de justificação para seu funcionamento eles contribuem para credenciá-la), os arquivos formam um conjunto (pertinência é a base de sua organização) que serve de orientação para as escolhas. Arquivar tudo seria a ruína da própria ideia de arquivos, de modo que acabariam subsistindo apenas pilhas de papéis. Essa concepção de arquivos traduz a relação que uma sociedade mantém com o tempo: arquivar-se para guardar vestígios escritos de - fixa-se uma memória, a de - uma instituição, mobilizável no futuro. Entre passado e futuro, os arquivos pressupõe um horizonte histórico (mas não necessariamente relacionado com a profissão de historiador) (Hartog, 2017, p. 53).

A “História-retórica” (Ibidem, p. 183)⁷ pós-moderna, nesse ponto, apenas radicaliza o que já estava recalcado na percepção dos historiadores: a ideia de que a História lida fundamentalmente com textos, desde o momento arquivar até à representação historiadora. As “fontes” (indícios do passado no presente) que comumente vasculhamos nos espaços arquivísticos são em sua maior parte textos, já carregados, como tais, numa malha interpretativa que, reorganizada pelo arquivo, ganha mais uma camada ou capa simbólica.⁸ As complexidades da operação historiográfica⁹ deveriam ser objeto constante de reflexão dadas as múltiplas variáveis em jogo na análise do discurso histórico.

A abordagem pós-estruturalista das “fontes” históricas torna-se menos favorável ao empirismo quando a articulamos com a explanação que o historiador deve fornecer aos eventos estudados. A perspectiva annalista, mormente braudeliana, ainda confiava no modelo de inferência da evidência factual com a dedução na base das generalizações sociológicas que

⁷ Idem, Ibidem, p.183. O termo usado por François Hartog busca nomear a pluralidade das formas narrativas de que dispõe o historiador no atual “regime de historicidade pós-moderno”, em oposição a outros modelos como a História-estrutural e a História-Geschichte. Expressão semelhante também foi utilizada por Perez Zagorin: “narrativist-rethorical conception of historiography”. Cf.: ZAGORIN, Perez. *Historiography and postmodernism: reconsiderations*. In: JENKINS, Keith (ed.). *The Postmodern History Reader*. London and New York: Routledgers, 1997.p.298.

⁸ Cf.: RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007; CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2017. Cap I: Fazer História, p.3-44; Cap.II: A operação historiográfica, p.45-111.

⁹ As imagens da “oficina”, “operação”, “artesanato” remetem ao tema da *techné*, à fabricação e ao uso, que ainda perdura para caracterizar a História-disciplina, mas que igualmente - parecidos- impediu os historiadores de refletirem mais filosoficamente seu campo. Quando convidados a discutir conceitos, por exemplo, alguns historiadores dão de ombros e dizem que preferem “trabalhar”, “produzir”, pois a História é o que os historiadores fazem dela! O que não deixa de ser um truismo blochiano, annalista, porém não manejado em uma matriz pós-estruturalista, mas num enquadramento moderno pouco reflexivo.

confeccionavam leis abrangentes e gerais (Covering Law), tradição inspirada no artigo “The Function of General Laws in History” (1942), de Carl Hempel.¹⁰ O historiador deveria submeter os acontecimentos a leis abrangentes e extrair deles previsões sobre o contexto em que os próprios eventos estavam inseridos. A proposta era tentadora, mas evidentemente bastante problemática visto que não há meios absolutos de separar adequadamente (nunca houve *adequatio*) a História como proposição, empirismo e teoria social.

Os fatos não podem medir nem produzir, em qualquer cadeia de raciocínios lógicos, o conhecimento pretendido pelos historiadores, nem são portadores de significados transcendentais, apriorísticos, que não venham, qual monge budista, ser perturbados pela representação historiadora na forma de um relato narrativo. Esses mesmos fatos já se encontram em determinados suportes e coligados sob certos códigos linguísticos e semióticos: “[...] hoje reconhecemos que nunca houve e nunca haverá algo como um passado que expresse algum tipo de essência” (Jenkins, 1997, p. 6). O empiricismo não consegue articular fatos e valores, no sentido de fazerem os últimos derivarem dos primeiros, a não ser assumindo alguma forma de teoria do significado ou mesmo exorcizando a teoria em questão, apelando para um realismo difícil de sustentar na atualidade.

A representação e a referencialidade caras ao empirismo não se sustentam nem sequer pelo apelo ostensivo ao contexto social como uma espécie de ontologia asseguradora de realidade última, fundação, origem, o referente onto-teológico divino. O “social” não é sinônimo de “real”, mas um signo convencionalmente entendido como significando a “própria realidade” (Sewell, 2017, p. 323). Na leitura veyniana de Foucault (2011, p.45), “[...] a sociedade, longe de ser o princípio ou o termo de toda explicação, precisa ela própria ser explicada; longe de ser última, ela é o que dela fazem a cada época todos os discursos e dispositivos de que ela é o receptáculo”.

Não se está apostando, por aqui, em qualquer coisa que venha a ser um “panlinguisticismo” imperialista, como tão comumente se acusa a

¹⁰ HEMPEL, Carl. The Function of General Laws in History, *Journal of Philosophy*, v.39, n.2,1942, p.35-48. Em português, há uma versão no livro: GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Calouste Gulbenkian, 1969.

historiografia pós-modernista (Cardoso, 1999, p.18; 1996, p. 4-7). Nada disso. O esforço reflexivo que empreendemos é o de chamar a atenção para algumas certezas fossilizadas pelo tempo e uso, e que, como tais, não se abrem mais para discussão e revisão, *ad eternitatem*. Dar a pensar e dizer diferentemente, conversão do olhar e atitude, eis o que estamos capitalizando.

Por conseguinte, a própria representação historiadora do passado vê-se abalada em sua garantia de explicar o passado “tal como aconteceu”, pois esse mesmo “social” situado no passado enquanto acontecimento terá de ser tomado pela escrita historiográfica como um relato histórico, sujeito à imaginação criadora e aos tropos linguísticos disponíveis. O uso da narrativa como modalidade de relato da História, narrativa de eventos verdadeiros (não-ficcionais), parece não fornecer as mesmas garantias de um outrora positivismo feliz. O fato de dispor os eventos numa narrativa, ligando-os por vínculos de causalidade, não divide sensivelmente os historiadores, aos menos em sua maioria, assumindo um espectro de posições internas bastante variado:

A história simplesmente é narrativa; ou que ela é essencialmente narrativa; ou que a história deve conter alguns elementos narrativos; ou que uma forma de história deve conter alguns elementos narrativos; ou que uma forma de história, em alguma proporção, e talvez a mais importante delas, narra. Tem sido sustentado também que é através da narração que os historiadores alcançam o que é especificamente histórico sobre a compreensão histórica; ou que a explanação histórica adquire sua estrutura distintiva em razão de sua ocorrência no curso das narrativas históricas. Tem até mesmo sido sustentado que as narrativas podem, elas mesmas, serem explanatórias em um modo especial; ou que a narrativa é por si só uma forma de explicação, senão, na realidade, autoexplanatória (Dray *apud* Munslow, 2009, p. 93).

Hayden White, por sua vez, agrupou os historiadores pró-narrativistas, genericamente, em dois grandes grupos: os defensores da narrativa “tradicional” e os proponentes da narrativa pós-moderna, ambas distinguindo-se uma da outra pela relação que estabelecem entre “historical story-telling” e “historical reality”, ou seja, o critério perpassava pelo poder cognitivo da narrativa em conhecer o passado. Analisando a narrativa tradicional na compreensão historiadora, ele descreveu e comentou três traços que marcariam sua identidade:

[...] primeiro, a narrativa é considerada um "recipiente" neutro de fato histórico, um modo de discurso "naturalmente" adequado para representar diretamente os eventos históricos; segundo, a história das narrativas geralmente emprega as chamadas linguagens naturais ou comuns, ao invés de técnicas, ambas para descrever seus súditos e contar sua história; e terceiro, supõe-se que os eventos históricos consistem ou manifestam uma série de histórias "reais" ou "vivas", que só precisam ser descobertas ou extraídas da evidência e expostas ao leitor para que sua verdade seja reconhecida imediata e intuitivamente. [...] Obviamente, considero essa visão da relação entre a narração histórica e a realidade histórica como equivocada ou, no melhor dos casos, preconcebida. Histórias, como declarações factuais, são entidades linguísticas e pertencem à ordem do discurso (White, 2001, p. 375). (tradução nossa)

Esses traços caracterizadores de um modelo narrativo tradicional¹¹ - discurso transparente, uso de linguagem “natural” e representação do vivido - vêm sendo questionados pela historiografia pós-moderna em nome de um discurso narrativo segundo duas formulações distintas, mas também convergentes: ora a de um círculo hermenêutico-mimético, à maneira de Ricoeur, ora na narratividade antiteológica e pós-hegeliana, de práticas e representações instáveis sob inspiração nietzschiana (Reis, 2012, p. 164-165; 2006, p. 133-134).

Ao descrever a história como narrativa, Ricoeur a entende como a atividade de pôr os eventos da vida em intriga, compor uma trama ou enredo de modo a ligá-los numa unidade compreensível ao leitor, uma totalidade significativa (Ricoeur, 2010, p. 117). Narrar é configurar ações específicas e discorrer sobre significados. O historiador retira do devir caótico do viver, da pluralidade e variedade de eventos e episódios discordantes, os materiais para sua história, articulando agentes e ações, objetivos e meios, reestruturando-os numa trama como necessários, apresentando ordem, verossimilhança e totalidade na produção de uma “intriga historiográfica” (Barros, 2013, p. 187). Mesmo não apostando mais numa “mimesis total”, Ricoeur ainda procura conciliar o caráter literário da escritura histórica com a proposta annalista “científica” conjugada pela articulação história-problema, documentação e atitude realista.

¹¹ Tradicional aqui engloba tanto a narrativa rankeana do “Tratado-batalha”, contra a qual Bloch e Febvre se insurgiram, apostando num modelo conceitual de História, quanto à narrativa estrutural braudeliana. Em verdade, o critério são as formas de narrativa anteriores à retomada do pensamento nietzschiano pela filosofia francesa do século XX.

Paul Veyne, em *Como se se escreve a História*, afirma que o historiador narra intrigas, mistura de coisa materiais, fins e acasos, pedaço de vida que ele recorta à vontade. A intriga não se guia necessariamente por uma ordem cronológica, mas é atravessada por diferentes ritmos temporais, narrando eventos que são o cruzamento de itinerários possíveis. As intrigas são um corte na realidade, um conjunto caótico de processos, onde agem homens e coisas. A História explica ao organizar uma intriga compreensível: “A história é uma narrativa de eventos [...]. Como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza [...]. A história é, em essência, conhecimento por documentos” (Veyne, 2014, p. 18).

Michel Foucault também conferiu ênfase à História como narrativa, porém, neonietzschiano, encara os discursos como práticas que estão no interior do real, dando-lhe forma e direção, coladas a práticas concretas de poder e dispositivos. Os objetos históricos seriam objetivações específicas e datadas e não objetos universais: só haveria práticas e não realidades definidas de uma vez por todas. Os saberes produzidos são narrativas que dão forma instável aos conflitos vividos (Reis, 2012, p. 166).

Em White, como já mencionamos, a narrativa histórica mistura-se à ficcional e torna-se atividade estética, ou melhor, ela emerge como a combinação de variados níveis (estético, ético, cognitivo e linguístico). São construções linguísticas e artísticas ligadas à imaginação construtiva e a estratégias retóricas, metafóricas e ideológicas, marcada, consequentemente, por convenções que impedem a narrativa de *com-fundir-se* com o passado “em si”. Entre as “fontes” e a narrativa, há inúmeros mediadores: espaços, silêncios, arquivos, tendência do historiador, relação instável significante-referente. A história “[...] não diz respeito apenas à verificação de evidências e configuração de fatos, e que a interpretação em si é um ato de criação linguístico e literário” (Munslow, 2009, p. 104).

E é esta a complexidade a que a historiografia pró-narrativista desconstrucionista traz à tona: a proposta de que a narrativa histórica, no dizer de Jerzy Topolski (2016, p. 61), “proporciona a experiência estética como um resultado da atividade artística, mas fundamentalmente transmitir informações

sobre o passado, bem como comunicar crenças por meio de retórica”,¹² de tal sorte que o conteúdo pretendido deste passado seja sempre problemático, embora possível e realizável, mistura de eventos, processos, acasos, materialidades, imagens.

História desconstrucionista *com/a partir de* Derrida: as temporalidades do pensamento-Sísifo¹³

O desconstrucionismo emerge como reação a uma tradição cultural do pensamento filosófico europeu, de matriz grega clássica e tributária de certo ramo judaico-cristão, que redundou na constituição da ontologia metafísica ou metafísica platônica. De modo geral, o enfrentamento desse pensamento “logocêntrico” tem se dado no seio das correntes pós-estruturalistas de duas formas: 1) em sentido teórico-conceitual, evitando as definições cristalizadas e apostando na dinâmica conceitual chamada de auto-contestatória ou auto-questionante; 2) em caráter mais metodológico, mostrando “[...] o processo de formação de conceitos e valores que, pela força do hábito, foram naturalizados, isto é, passaram a ser vivenciados como a própria ordem do real. Desconstrução, portanto, corresponde a uma explicitação do caráter de constructo presente em noções que foram naturalizadas e, assim, concebidas como verdades, como necessariamente consensuais” (Almeida, 2006, p. 71-72).

O pós-estruturalismo, com efeito, aparece como a possibilidade de interrogar os valores hegemônicos de uma cultura, que marginalizam minorias sociais não enquadradas em determinada régua axiológica dominante, desqualificação que acompanha *pari passu* certas categorias do pensamento

¹² Topolski trabalha com um modelo narrativo dividido em estrutura horizontal e vertical. A primeira diz respeito a relações internas crescentes entre os enunciados, enquanto a segunda destina-se ao público e supondo algum grau de conhecimento do destinatário, e é formado de três subestruturas: informação, o que os historiadores pensam com fragmentos do passado; a retórica, instrumentos de persuasão a respeito da subestrutura; e a política (profunda) ou teórico-ideológica. Este modelo de camadas geológicas, ao fim e ao cabo, ao mesmo tempo que apresenta a estrutura narrativa em sua complexidade busca manter uma certa noção de “conteúdo” intocado, pretensamente real “em si”. Embora perfeitamente válido, neste sentido, apoiamo-nos mais no modelo tropológico de Hayden White para futuras explanações.

¹³ Expressão utilizada pelo filósofo francês Jean-Michel Salanskis para caracterizar o “pensamento central” de Jacques Derrida, que, segundo ele, seria sempre um “eterno retorno”, acompanhado de Platão e Aristóteles, aos fundamentos e axiomas do pensamento ocidental: “[...] sempre tomar pé nos axiomas que ele conhece e se reconhece, a fim de levar sua ‘lógica’ até a contradição, e daí não se afastar, contudo, de sua ancoragem dogmática e metodológica, mas recomeçar a partir dela. Pensamento-Sísifo [...]”. (Salanskis, Jean-Michel. *Derrida*. São Paulo: Estação Liberdade, 2015.p.41-42.)

rebaixadas pela filosofia. A tarefa da poética pós-moderna está em denunciar esse estado de coisas, incluindo os elementos rejeitados e abandonados, ressignificando-os com valores imprevistos. Sustenta-se, por conseguinte, que esse processo de depreciação categorial articula-se com disputas de ordem política alicerçadas em uma “lógica de exclusão dos opostos” ou “lógica da identidade”, baseada no princípio segundo o qual uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo (em termos de representação lógica: $P \wedge (\neg P)$) (Ibidem, p. 71).

Esse desconstrucionismo pós-estruturalista, procedimento geral de certo movimento, ganha com o pensamento de Jacques Derrida um certo estatuto “programático”, em que a desconstrução, agora acoplada inescapavelmente à sua assinatura, invoca uma rede conceitual e uma série de gestos de natureza metodológica. A desconstrução¹⁴ derridiana, como a nomearemos daqui por diante, tem sido classificada ora como posição filosófica, ora como estratégia política ou intelectual, ora como método de leitura, causando desconforto a muitos especialistas (Culler, 1997, p. 99). Em verdade, não se trata de um método propriamente, embora se faça *techné* em vários momentos, ou escola de pensamento, ainda que contando com seguidores, como a Escola de Yale formada nos Estados Unidos, mas pertence à ordem da “estratégia”, de um certo “posicionar-se” diante de, comportando uma ética em seu modo de intervenção. Em “Positions”, conjunto de entrevistas concedidas em 1972, Derrida afirma: “O que eu estava interessado naquele momento, o que estou tentando seguir de outras maneiras agora, é, ao mesmo tempo, uma “economia geral”, uma espécie de estratégia geral de desconstrução” (Derrida, 1972, p. 56).

¹⁴ Segundo Carla Rodrigues, o pensamento filosófico de Derrida é um permanente questionamento da pergunta “O que é?”, ou seja, um diálogo interminável com o que ele convencionou chamar de onto-teologia, metafísica que dominou o pensamento ocidental desde Platão, caracterizado pelo binarismo opositivo e a determinação do ser como presença. O que denominamos neste capítulo como Desconstrução derridiana recebe em outros lugares vários nomes renomes: pensamento do impossível (Fernanda Bernardo), pensamento do limite (Drucilla Cornell), um pensamento que treme (Mônica Cragolini), um “novo Iluminismo” (John Caputo), um pensamento que quer ir além (Paulo Cesar Duque-Estrada), pensamento úmido (Rafael Haddocck-Lobo), pensamento feminino (Carla Rodrigues) entre outros. O próprio Derrida deu várias versões, algumas bastante concisas como “Desconstrução é o que acontece”, “a experiência do impossível”, “a invenção do outro”, tantas quantas a s perguntas. Cf.: RODRIGUES, Carla. *Dois palavras para o feminino: hospitalidade e responsabilidade: sobre ética e política em Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Nau, 2013.p.14.

“Estratégia geral” aplicada como genealogia estruturada de conceitos que procura aquilo que a história pode ter ocultado ou excluído, reprimido por interesse:

"Desconstruir" a filosofia seria como pensar a genealogia estruturada de seus conceitos no modo mais fiel, mais interior, mas ao mesmo tempo desde um certo tempo fora por indizível, indizível, determinando o que esta história poderia ter ocultado ou proibido, sendo história por essa repressão em algum lugar interessado (Ibidem, p. 15). (tradução nossa)

A Desconstrução, que dá nome às operações filosófico-literárias praticadas por Jacques Derrida, consiste na “[...] apropriação e utilização de conceitos derivados de um sistema de pensamento para, ao final, mostrar como esse sistema não funciona” (Vasconcelos, 2003, p.76). Todo o movimento de sua escrita (escritura) pretende desestabilizar o domínio da Metafísica platônica que funciona como hierarquia de termos, em que um deles é central e o outro marginal, produzindo-se, com isso, o recalque, o rebaixamento do termo secundário, estruturalidade originária do pensamento que alimentaria as diversas formas de sujeição e violência na história. Esse binarismo hierárquico e arbitrário “fundaria” o pensamento ocidental e suas categorias, sua visão de mundo e suas ações. Desmantelar (a *Destruktion* e a *Abbau* heideggeriana presente em *Ser e Tempo*) essa onto-teologia seria aquilo que mobilizaria as estratégias desconstrucionistas derridianas (Ibidem, p. 73-4).

Esse abalo da metafísica pela via da linguagem, produzindo um ato de descentramento na estrutura do texto, é tributário de três discursos teóricos específicos: 1) a crítica nietzschiana dos conceitos de ser e verdade, substituindo-os pelos conceitos de jogo, interpretação e signo; 2) a crítica freudiana da presença a si, do sujeito, da identidade, da consciência; e a 3) interrogação heideggeriana da metafísica, da ontoteologia e da determinação do ser como presença. Recolhendo essa herança filosófica, Derrida instituiu “operações” de intervenção que consistiam “[...] em denunciar num determinado texto [...] aquilo que é valorizado e em nome de quê e, ao mesmo tempo, em desrecalcar o que foi estruturalmente dissimulado nesse texto” (Santiago, 1976, p. 18). Tais operações são chamadas por Derrida de “duplo gesto” ou “dupla ciência”, dois momentos constituintes da atividade desconstrutiva: inversão e deslocamento (Haddocck-lobo, 2008, p.19).

Voltemos uma vez mais a “Positions” e acompanhemos a descrição dessas operações feitas pelo filósofo franco-magrebino a Jean Louis-Houdebine (Derrida, 1972, p.56-7):

Portanto, é necessário avançar um duplo gesto, de acordo com uma unidade que é ao mesmo tempo sistemática e como se tivesse sido removida de si mesma, uma escrita dividida, ou seja, multiplicada, o que eu chamei, em “a dupla sessão”, uma dupla ciência: por um lado, passando por uma fase de reversão. [...] É, portanto, necessário, por este duplo escrito, precisamente, estratificado, deslocado e deslocado, marcar a lacuna entre a inversão que a estabelece, desconstrói a genealogia sublimadora ou idealizadora, e a emergência irruptiva. um novo “conceito”, um conceito do que não é mais deixado, nunca foi entendido no regime anterior. (tradução nossa)

Esse “método de leitura” desconstrutivo (“double séance”) carrega consigo uma concepção particular de linguagem, texto e textualidade. A linguagem é vista como um - dentre tantos outros - código de repetibilidade (*iterabilidade*), composto de *rastros* ou *marcas* que ganham valor segundo um sistema de diferenças que é infinito, como bem descreveu John Caputo (Derrida; Caputo, 2009, p. 120):

Em lugar de pensar a linguagem de maneira clássica, como um conjunto de signos exteriores de pensamentos interiores já constituídos [...], Derrida, seguindo Saussure e a linguística moderna, pensa nos usuários da linguagem apelando a um código, ou seja, marcas ou rastros repetíveis que constroem ou constituem desde dentro certas unidades de significação como ‘efeitos do código’. Estes rastros não possuem um significado inerente em si mesmos, mas que seu significado é ‘arbitrário’ e ‘convencional’. [...] O significado (e a referência) é uma função da diferença, da distância ou o ‘espaçamento’ entre os rastros, o que se chama, de uma forma absolutamente séria, o ‘jogo de diferenças ou rastros. (tradução nossa)

A “imagem do dicionário” funciona bem aqui. O significado e referência de uma palavra guarda relação interna com as demais. Localizamos uma palavra no dicionário graças a uma certa configuração gráfica (ortografia), mas também por um lugar semântico, conotação ou denotação, em relação a outras. O significado define-se de maneira diferencial, sempre com relação ao significado de outras palavras, não havendo qualquer delas que escape a esse jogo de remessas, algo externo à linguagem, como um “significado transcendental”.

Daí a afirmação de Derrida -fruto de vários mal-entendidos -, presente em “Of Grammatology” (1997, p. 158), de que “There is nothing outside of the text” (*il n'y a pas de hors-texte*, no original francês), expandindo o entendimento da linguagem como sistema diferencial de marcas ou rastros para tudo aquilo que costumamos nomear de “realidade”, apontando para uma “escritura geral”, um jogo do mundo. A própria linguagem, de agora em diante, formará um subconjunto da escrita em geral. A letra, o traço e a marca passam a ser a chave para a decodificação do mundo, que se transforma em um texto ou resultado das múltiplas textualidades. A afirmação de que “não há *fora* do texto” sustenta-se em uma Teoria da Imanência em que materialidade e idealidade são faces de uma mesma moeda. Para existir, é preciso estar em suporte, inscrever-se em algo. Ser é ser-inscrito.¹⁵

É o conceito mesmo de “escritura” que está em jogo e tudo o que com ele se move:

Há algum tempo, de fato, aqui e ali, por um gesto e por motivos que são profundamente necessários, uma das seguintes palavras é uma das palavras “linguagem” para ação, movimento, pensamento, reflexão, consciência, inconsciência, experiência, afetividade, etc. Agora tendemos a dizer “escrever” para todos, menos o projeto não apenas dos gestos físicos da inscrição pictográfica ou ideográfica literal, mas também a totalidade do que torna isso possível; e também, além da face significativa, a própria face significada. E assim dizemos “escrever”, pois tudo o que dá origem a uma inscrição em geral, seja ela literal ou mesmo distribuída no espaço, é estranho à ordem da voz: cinematografia, coreografia, é claro, mas também pictórica, musical, escultural “escrita”. Poder-se-ia também falar de escrita atlética, e com uma certeza ainda maior de escrita militar ou política em vista das técnicas que governam essas áreas hoje. Tudo isso é descrito apenas pelo sistema de notação secundariamente ligado a essas atividades e a essência dessas atividades (Derrida, *Op. Cit.*, p. 9) (tradução nossa)

Mesmo em seu aspecto vestigial, “matéria” (pensem no suporte de inscrição) que nos chega do “passado” - que herdamos, em verdade -, o que

¹⁵ “Basta que alguma coisa se inscreva para que o rastro dela ‘permaneça’ ou ‘reste’, correndo, é claro, sempre o risco de um apagamento posterior. A realidade da coisa é seu próprio rastro (*trace*). A ‘coisa em si’ nunca existiu, pois o que sempre ocupou o lugar da origem nada mais foi do que rastro, isto é, a marca de uma inscrição ‘arcaica’ que não se deixa apreender na oposição presença/ausência, nem muito menos pode ser assimilada aos limites logocêntricos de uma *arkhé* fundamental”. (NASCIMENTO, Evandro. *Derrida e a literatura*: “notas” de literatura e filosofia nos textos da desconstrução. São Paulo: É Realizações, 2015). Cf.: PINTO NETO, Moysés da Fontoura. *A escritura da natureza*: Derrida e o materialismo experimental. Porto Alegre, 2014. 299 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. p.191.

perdura são textos na sua mais ampla significação, dos escritos aos pictografados, e, portanto, dão-se a ler, a processos semióticos e linguísticos. O texto, em sentido derridiano, não se restringe, aqui, ao discurso ou livro na dimensão simbólica, representativa, ideológica ou ideal; o texto –ou mais propriamente textualidade – cobre, atravessando de dentro mesmo, as estruturas ditas “reais”, como a economia, a história, a sociedade, as instituições diversas (Magalhães Pinto, 2009, p. 1). Toda a espessura do real é um texto entendido como diferença na cadeia de textos. Sendo textos e devendo ser lidos, e é só o que temos, todo o passado pode ser considerado (como se fosse) um texto. Esse passado é apropriado textualmente, estando sujeito à nossa imaginação, à criatividade mesma.

Isto quer dizer que nossa presença no mundo é sempre situada, já parte prenhe de implicações, pressuposições e crenças que envolvem nossas afirmações sobre os objetos, pessoas e instituições, o que requer do pesquisador um trabalho permanente de autocritica sobre as categorias e operações postas em jogo na análise:

Todos estamos sempre já incrustados em diversas redes (sociais, históricas, linguísticas, sexuais - a lista continua hoje me dá até incluir redes eletrônicas, worldwide web), distintos horizontes ou pressuposições [...] Ter acesso diretamente as coisas mesmas das quais se falaram, o faremos somente através de outras marcas, outros horizontes, outras pressuposições sócio-linguístico-políticas, outras relações ou redes ‘diferenciais’ [...] Ninguém tem nunca um acesso privilegiado ao Segredo que com um sorriso descansa atrás de toda linguagem e de toda interpretação à espera de que nós tão somente toquemos a porta; todos estamos no mesmo barco textual juntos, forçados a obter o melhor resultado que podemos com os signos e as pistas que podemos recolher, trabalhando dentro de uma rede mundial ou outra. Não é que os textos e as linguagens não tenham ‘referentes’ ou ‘objetividade’ mas que o referente e a objetividade não são quanto parecem ser, não há um significado transcendental puro (Derrida; Caputo, 2009, p. 98-9). (tradução nossa)

Nesses termos, o texto, que é a matéria-prima de nosso ofício, ganha em complexidade e densidade. As fontes do historiador devem ser vistas como “una multiplicidad de hilos y capas innumerables”, produzindo numerosos efeitos semânticos, sintáticos, constataivos, performativos, estilísticos, retóricos, dos quais somente alguns são “escolhidos” na constituição e interpretação das evidências, neutralizando as demais. Um texto é um agregado de acontecimentos textuais. A desconstrução derridiana não é um “vale-tudo”

interpretativo, uma destruição intempestiva e niilista do que quer que seja; é um movimento do “[...] pensar como aconteceu, como se faz alguma coisa que não é natural: uma cultura, uma instituição, uma tradição [...]” (Derrida, 2004, p. 308). Nesse sentido, um aliado dos historiadores, que se empenham em desnaturalizar as instituições, relações, ações, práticas ou representações históricas que venham a estatuir-se como universais, quando em verdade são discursos particulares circunscritos socioculturalmente.

Essa concepção de linguagem e texto/textualidade derridianos desafiam o trabalho do historiador na medida que demandam outro tratamento com relação às fontes, ao uso da teoria e à representação narrativa, e requerem dos historiadores uma “consciência desconstrutiva” mais atenta à dimensão literária de sua operação historiográfica, sem que, com isso, venha a perder sua especificidade como disciplina: o conhecimento do “passado” a partir de documentos. A assunção da ficcionalidade (“interna”) de seu texto, aproximando-o de outros gêneros, em nada impede a compreensão de que a ficção “[...] é ‘um discurso que ‘informa’ do real, mas não pretende representá-lo nem abonar-se nele’, enquanto a história pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é” (Chartier, 2015, p. 24). Embora não assinemos integralmente a posição de Chartier, a matriz disciplinar básica permanece *para qualquer crítica*: a existência de fontes e uma “intenção de verdade” sobre o “passado”. O questionamento, aqui, diz respeito aos limites de tal conhecimento consoante as novas demandas do tempo presente. Daí a aproximação com outros campos de estudo e reflexões teórico-conceituais que nos permitam ampliar nossos horizontes historiográficos, em nosso caso particular, com o pensamento derridiano.

Para o Historiador, a discussão sobre a temporalidade, tal como a realiza o filósofo franco-magrebino, abre possibilidades bastante esclarecedoras. Entre os historiadores, de modo geral, tem predominado um tempo iluminista e hegeliano, dominado pela linearidade (linear-dialético, para o caso hegeliano), progressivo, acelerado e teleológico, apontando vetorialmente para a realização da razão. Assim funcionou a temporalidade positivista comteana (sem projeto revolucionário, evolucionista), a temporalidade historicista (do Romantismo, celebrando as diferenças nacionais,

os ‘Espíritos dos povos’, tempos lineares, mas múltiplos); a temporalidade do materialismo histórico (revolucionário, dialética das diferenças, acelerado e voltado para o futuro). Com exceção das propostas de Spengler e Toynbee na primeira metade do século XX, baseadas na ascensão, apogeu, queda e continuidade das civilizações (modelo circular-linear), foi o modelo iluminista que vigorou entre nós, informado pela tripartição passado-presente-futuro (Barros, 2013, p. 72-93).

Por sua vez, tal estrutura temporal clássica remontava à concepção metafísica de Aristóteles, no *Livro IV da Física*, em que o tempo era representado como pontos sucessivos numa linha, figurando como “agoras”, presentes em si mesmos, de modo que o passado figuraria como um “agora” que passou e o futuro um “agora” que não veio, atuando como limite e subordinando o “antes” e “depois”, que nada mais são que outros “agoras”. Contudo, na passagem, prepondera o não-ser, o não-agora ainda: a ausência. Essa estranheza do tempo que faz com que ele jamais seja ele mesmo, sempre se deslocando e assumindo uma incerteza espacial, extensa: o que está antes pode sugerir o que está atrás (no passado) e o que está à frente (no futuro) (Matthes, 2013, p. 245-259; Derrida, 1985, p.29-67). Na explanação de Sean Galton (2012, p.88-9), a Física de Aristóteles assume uma indeterminação insuperável:

[...] no passado chamamos de ‘antes’ o que está mais longe do ‘agora’ e de ‘depois’ o que está mais próximo, mas no futuro chamamos o mais próximo de ‘antes’ e o mais distante de ‘depois’. [...] não conseguimos decidir se o ‘antes’ está atrás ou à frente de nós. [...] O TEMPO *entra* e somos pegos em um deslocamento estranho, em uma incerteza que paira sobre nós de um ‘atrás’ que pode estar simultaneamente na parte traseira, no passado, e à frente, no futuro. O TEMPO *entra* em cena, e o agora não sabe se ele está indo ou vindo, se chegou *antes* de partir.

Essa “desordem” do tempo, ou melhor, da temporalidade aristotélica linear, nos abre inúmeras possibilidades para se repensar a nossa relação com o passado (“antes do agora”), visto como sinônimo de história, fixo para todo observador, contendo nele mesmo as propriedades “do passado”, quando, em verdade, ele é construído a cada pesquisa, a cada investida de sentido, seja da parte dos historiadores, seja da parte de outros

profissionais. O que temos, de fato, são apenas acontecimentos da ordem do sublunar, recortados conforme os interesses de pesquisa:

[...] isto não é negar, incidentalmente, o que aconteceu antes agora realmente aconteceu. De fato, isso precisa insistir. Mas a questão é que esses acontecimentos anteriores não eram em si mesmos "o passado" nem "a história"; eles eram apenas acontecimentos (Jenkins, 2003, p. 35). (tradução nossa)

O que Derrida está sinalizando é a abertura para outras formas de lidar com o tempo que possam ir além da perspectiva moderna e ocidental fundada na “lei da sucessão” dos eventos ou estruturas, reservando lugar também para outras experiências da temporalidade que privilegiem o “empilhamento”, a “superposição”, a “imitação”, a “coexistência” e a “reabsorção” (Hartog, 2017, p. 25). Um tempo como abertura absoluta para o futuro, que não feche o presente num presenteísmo circular que se fecha sobre si mesmo, negando o porvir outro. Não é “[...] el futuro relativo y previsible, programable e planeable (el futuro del ‘planeamiento estratégico’), sino hacia el futuro absoluto, la bienvenida abierta a uno al cual no puedo, em princípio, prever, lo *tout autre* cuya alteridade perturba los ciclos complacientes de lo mismo” (Derrida; Caputo, *Op. Cit.*, p.183).

Estrutura temporal que Derrida chamou de “messianismo”, que não deve ser confundido com os messianismos teológicos e filosóficos (Hegel, Marx, Heidegger), que sustentavam programas finalistas, escatologias de uma futuridade-já-sempre-presente, que abole o inesperado, a novidade, o por-vir mesmo:

O ‘messiânico’ [...] tem a ver com a estrutura absoluta da promessa, de um indeterminado absoluto, digamos, um futuro estrutural, um futuro sempre por vir, porvir. O futuro messiânico não é um presente futuro e não será provocado por um Messias determinado; não é simplesmente futural no sentido da estrutura mesma do futuro. O futuro messiânico é um futuro absoluto, a estrutura mesma do por-vir que não pode em princípio ocorrer, a abertura mesma do presente que faz impossível que o presente se inclua no círculo, se feche e se reúna em si mesmo. O messiânico é a estrutura do por vir que expõe a contingência e a desconstrutividade do presente, ao expor a alterabilidade do que gostamos de chamar ‘poderes que são’, os poderes que estão presentes, o poder prestigioso do presente (Ibidem, p.189). (tradução nossa)

Para o historiador, isso significa a valorização do acontecimento como singularidade, algo idiossincrático, não dissolvido pela universalidade e generalidade comuns da teoria social construcionista. Tal postura derridiana também ilumina um velho problema historiográfico: a retrodição, ou seja, olhar o passado já conhecendo seu futuro. Embora seja uma condição do conhecimento histórico, pois só podemos olhar o passado a partir do presente, o historiador deve estar atento ao que François Simiand, ainda em 1903, denominava de “mito das origens”, a ideia de que existe uma cadeia linear e única de acontecimentos em relação necessária de causa e efeito que pode ser recuperada pelo historiador (Barros, 2013, p.210-213). Evitando explicar a história como uma “profecia ao avesso”, o historiador deve estudar as situações históricas como se não conhecesse o seu futuro (Aróstegui, 2006, p.354), “escovar a história a contrapelo”¹⁶, como escreveu Walter Benjamin na Tese n.7 de suas *Teses sobre o conceito de história* (1940).

Essa valorização do acontecimento¹⁷ como singularidade, descontinuidade que abre o novo, na esteira de Foucault, Deleuze e Guattari, desgarrando-se do teleológico-escatológico, dos princípios de *arché* e *télos*, permite-nos lidar com os eventos históricos como possibilidades abertas, levar em conta suas potencialidades não atualizadas, mas sempre possíveis enquanto horizontes: os acontecimentos não respondiam a leis gerais e abrangentes no sentido de que *tinham* de ser assim e não de outro modo. A relação potência-ato aristotélica desligada do princípio da *physis* grega, eis o sopro da acontecimentalidade derridiana, e o alívio da historiografia. E isso aponta para uma concepção de História “em migalhas”, que privilegia a diversidade, escapando a uma certa metafísica do conceito de História:

[...] embora eu tenha reservas sobre o conceito “metafísico” de história, muitas vezes uso a palavra “história” para outra cadeia conceitual de “história”: história em efeito ‘monumental’, ‘estratificado’, ‘contraditório’ [...]. Toda a tão necessária crítica de Althusser ao conceito hegeliano de história e à noção de totalidade expressiva, etc., visa mostrar que não há uma única

¹⁶ A expressão era endereçada particularmente ao materialismo histórico, acusado por Benjamin de imobilizar as ideias em nome de acontecimentos messiânicos (a revolução do proletariado). Cf.: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre Literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, v.1). p.225.

¹⁷ Conferir discussão em: DOSSE, François. Uma metafísica do acontecimento. In: *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Unesp, 2013.p.163.

história, uma história geral, mas histórias. diferentes em seu tipo, seu ritmo, seu modo de inscrição, histórias diferenciadas, etc. (Derrida, 1972, p.78-9). (tradução nossa)

Uma “ciência” dos acontecimentos singulares, de temporalidade estratificada, complexa, múltipla (Braudel consignaria tal posição), preocupada com os detalhes da acontecimentalidade, e atento sempre às sombras projetadas pelo evento e sobre o evento, pois é na região sonambúlica da história que emergem as camadas simbólicas do “antes do agora”, exame das forças constituintes do jogo, eis a aposta:

Não é a menor dignidade desta ciência humana chamada história que a preocupação por privilégio, em atos e instituições do homem, a imensa região do sonambulismo, o quase tudo que não é o puro despertar, a acidez estéril e silenciosa da pergunta em si, o quase nada (Derrida, 1967, p.11). (tradução nossa)

Uma história como curso que não se deixe programar, movendo-se à deriva no sentido de aberta à futuridade, às infinitas possibilidades à disposição dos sujeitos e coletividades, que escolhem, em condições históricas dadas (espectros de Marx...), a sociedade em que desejam viver. John Caputo captou bem essa ideia de uma historicidade radical:

Ao privar-se da ideia tanto de rumo teleológico como de um escatológico, Derrida desenvolveu uma ideia mais livre e radical do sucesso histórico, pois que uma cultura se encontre ‘em movimento’ de uma maneira diferente ao de um rumo significa que se conserva mais radicalmente aberta a um ‘futuro’ (l’avenir), ao que está por vir (à venir). Assim, a história não é um rumo estabelecido de antemão com direção a um tólos como se fora um presente-futuro, um futuro possível de prever, de panejar, de programar, de antecipar, de dominar. Por história entende, ao contrário, um zarpar sem rumo, em busca de algo ‘novo’. Uma história aberta, não-teleológica tal é ao que se refere Derrida quando fala de ‘história’, que para ele significa que algo (um ‘acontecimento’) está sucedendo realmente, e vivendo (é-venir), estalando, desgarrando o curso circular do tempo greco-alemão. Para Derrida, a história não é programada por antecipação, não se a faz desenvolvendo-se dentro de um horizonte arqueo-teleológico pré-estabelecido, não se a mantém em seu curso por todo o momento, nem se conserva sua cabeça e seu rumo através de algum tipo de piloto automático ontológico (Derrida; Caputo, 2009, p.139-140). (tradução nossa)

História, portanto, será sempre “história de”, não teleológica, não escatológica, escrutinando os acontecimentos na sua singularidade, no que há de oculto, ensombrado, da ordem visibilidade invisível, sempre em movimento “sin rumbo”, não-orientado, mas *kínēsis*, devir sublunar, construindo o passado (baseado em documentos) a cada investida, posto em discurso narrativo como

produto da pesquisa, deslocando-se na incerteza e na tensão de lidar com a “estranha familiaridade” (*umheimlich*) do passado, compreensão da história que pode colaborar para um pensamento historiográfico mais afinado às demandas de uma sociedade democrática, plural, que deseja resistir às formas de totalitarismo de toda ordem, às dominações hierárquicas, excludentes e fundadas na desigualdade de um Capitalismo tardio globalizante.

Referências bibliográficas

- ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. São Paulo: EDUSC, 2006.
- ALMEIDA, Sheyla Rodrigues de. Ontologia, Desconstrução e Historiografia. In: *Emoções, expressões, artes e ontologia(s) numa rede indisciplinada: intertextualidades e hipermediações da corporeidade, de um filme, um livro, um quadro chamados “Moça com brinco de pérola”*. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do discurso ao signo: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Unesp, 2017.
- BARROS, José d’Assunção. Positivismo. In: *Teoria da História: os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- _____. *Teoria da História: a Escola dos Annales e a Nova História*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- _____. *O tempo dos historiadores*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre Literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, v.1).
- CARDOSO, Ciro Flamarion. No limiar do séc. XXI. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 7-30.
- _____. Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 3, n. 3: 1-28, 1999.
- _____. História e textualidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CULLER, Jonathan. *Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.
- DERRIDA, Jacques. Force et signification. In: _____. *L’écriture et la différence*. Paris: Éditions du Seuil, 1967.

_____. *Positions*: entretiens avec Henri Ronse, Julia Kristeva, Jean Louis Houdebine, Guy Scarpeta. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972.

_____. Ousia and Gramme: note on a note from Being and Time. In: _____. *Margins of Philosophy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1985.

_____. *Of Grammatology*. Baltimore (Maryland): Johns Hopkins University Press, 1997.

_____. “O que quer dizer ser um filósofo francês hoje?”. In: _____. *Papel-máquina*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

_____; CAPUTO, John. *La deconstrucción en una cáscara de nuez*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

DOSSE, François. *História do estruturalismo: o campo do signo.v.1*. São Paulo: Edusc, 2007.

DOSSE, François. Uma metafísica do acontecimento. In: *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Unesp, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2011.

GALTON, Sean. *Derrida*: introdução. Porto Alegre: Penso, 2012.

GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Calouste Gulbenkian, 1969.

HADDOCK-LOBO, Rafael. *Derrida e o labirinto de inscrições*. Porto Alegre: Zouk, 2008.

HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HEMPEL, Carl. The Function of General Laws in History. *Journal of Philosophy*, v.39, n.2,1942, p.35-48.

HUTCHEON, Linda. *Una poética del postmodernismo*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2014.

JENKINS, Keith (ed.). *The Postmodern History Reader*. London and New York: Routledgers, 1997.

_____. *Refiguring History*: new thought on an old discipline. London and New York: Routledge, 2003.

MAGALHÃES PINTO, Aline. *A história transborda-sobre a noção de suplemento em Derrida*. In: Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a História? Ouro Preto: Edufap, 2009.

MATTHES, Máira. O espaçamento do tempo segundo Jacques Derrida. In: *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v.4, n.7, p.245-259, 2013.

MEYERS, Robert G. *Empirismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a História*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

NASCIMENTO, Evandro. *Derrida e a literatura: “notas” de literatura e filosofia nos textos da desconstrução*. São Paulo: É Realizações, 2015.

PINTO NETO, Moysés da Fontoura. *A escritura da natureza*. Derrida e o materialismo experimental. Porto Alegre, 2014. 299 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

PROST, Antoine. Os fatos e a crítica histórica. In: _____. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte; Autêntica, 2014.

REIS, José Carlos. A especificidade lógica da História. In: _____. *História & Teoria*. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. Tempo, História e compreensão narrativa em Paul Ricoeur. In: _____. *Teoria & História*: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007.

RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RODRIGUES, Carla. *Duas palavras para o feminino*: hospitalidade e responsabilidade: sobre ética e política em Jacques Derrida. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

ROUDINESCO, Elizabeth. *Filósofos na tormenta*: Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

SALANSKIS, Jean-Michel. *Derrida*. São Paulo: Estação Liberdade, 2015.

SANTIAGO, Silviano. *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2012.

SEWELL JR., William H. Reconfigurando o “social” na ciência social: um manifesto interpretativista. In: _____. *Lógicas da História*: teoria social e transformação social. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

SILVA, Rogério Forastieri da. *História da Historiografia*: capítulos para uma história das histórias da historiografia. São Paulo: Edusc, 2001.

STONE, Lawrence. History and Postmodernism. In: JENKINS, Keith (ed.). *The Postmodern History Reader*. London and New York: Routledgers, 1997.

TEIXEIRA, Ivan. *Revista Cult*, Rio de Janeiro, nov. 1998.

TOPOLSKI, Jerzi. O papel da lógica e da estética na construção de totalidades narrativas na historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). *História & narrativa*: a ciência e a arte da escrita histórica. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

VASCONCELOS, José Antônio. O que é a Desconstrução? In: *Revista de Filosofia*, Curitiba, v.15, n.17, p.73-78, jul./dez. 2003.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: _____. CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). *Domínios da História*: ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

VEYNE, Paul. *Foucault*: seu pensamento, sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: UnB, 2014

WHITE, Hayden. Historical emplotment and the problem of truth. In: Geoffrey Roberts (ed.), *The History and Narrative Reader*. London and New York: Routledge, 2001.

WILLIAMS, James. *Pós-estruturalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

ZAGORIN, Perez. Historiography and postmodernism: reconsiderations. In: JENKINS, Keith (ed.). *The Postmodern History Reader*. London and New York: Routledgers, 1997.